



## **Curso de Licenciatura em Educação do campo: instrumento para construção de uma extensão rural diferenciada; a Extensão Rural Agroecológica.**

### **Extensão, docência e investigação**

Ações de Transformação Social e políticas Públicas.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

Natália Carolina de Sousa<sup>1</sup>; [nataliacarolina.sousa@bol.com.br](mailto:nataliacarolina.sousa@bol.com.br)  
Beranarda Thailania Ferreira Gomes<sup>2</sup>; [Thailania@yahoo.com.br](mailto:Thailania@yahoo.com.br)

### **Resumo.**

O objetivo deste artigo é analisar o papel diferenciado da proposta pedagógica do curso de Licenciatura (LEC) em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), como um dos instrumentos para construção da “Extensão Rural Agroecológica”. (CAPORAL,2000.) O Curso tem como base metodológica a Pedagogia da Alternância, que se apoia numa proposta educacional constituída por etapas em que os educandos/as realizam atividades na Universidade (período denominado Tempo Escola (TE)) e na sua comunidade (período denominado Tempo Comunidade (TC)). Os dois momentos aliam-se na construção pedagógica potencializando a relação teoria e prática. O Curso de licenciatura em educação do Campo se faz necessário devido à demanda crescente das áreas de Reforma Agrária do estado do Rio de Janeiro por escolarização dos trabalhadores rurais. Estes trabalhadores são considerados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) os principais protagonistas do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Os educandos/as da LEC são trabalhadores do campo beneficiados pelo programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA). Um dos objetivos do curso é formar educadores do campo aptos a desenvolver estratégias pedagógicas que visam à formação de sujeitos humanos, autônomos e criativos, capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade e assumir a pesquisa como princípio educativo de conhecimento e intervenção na sua localidade. Nesse sentido, na luta pelo desenvolvimento rural sustentável e na agregação de diferentes grupos sociais é que reconhecemos o potencial político e transformador do enfoque agroecológico enquanto alternativa social e técnica capaz de superar os impasses do atual padrão de agricultura e desenvolvimento. Como instrumento desta proposta destaca-se também o novo perfil de Extensão Rural brasileira denominada “Extensão Rural Agroecológica”. A atual extensão rural no Brasil tem como característica o difusionismo homogeneizador onde predomina o conhecimento do emissor, e ignora o conhecimento do receptor, esta Extensão se opõe ao papel da nova proposta da *Extensão Rural Agroecológica*, que consiste no esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na ação participativa, na agricultura

<sup>1</sup> Discente de Engenharia Florestal – UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Graduada Em Engenharia Agronomica – UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

familiar e nos princípios da Agroecologia, a partir do diálogo e da troca dos saberes técnicos com o saberes populares da comunidade. Uma das estratégias da LEC adotado no TC tem enfoque na relação pesquisa, ensino e extensão, uma vez que os educandos interagem com as pessoas e a realidade do seu meio cultural, através da realização dos trabalhos integrados a partir da vivência da realidade local. Sendo assim a soma dos conhecimentos científicos sociais e técnicos adquiridos no TE, ao conhecimento da demanda da sua comunidade, somado ao conhecimento adquirido no TC, calcados na metodologia participativa, na construção coletiva e na visão Agroecológica de sustentabilidade, os educandos/as do campo possuem bagagem teórica e prática para apoiar o processo de construção dessa nova extensão rural, podem atuar junto aos órgãos públicos que prestam assistência técnica, aos técnicos extensionistas que atuam em suas comunidades, e aos agricultores/as familiares, através de ações que viabilizem a educação ambiental, a preservação dos recursos naturais, a produtividade, a adoção de tecnologias sociais, a solidariedade, a soberania alimentar, entre outros. objetivando a qualidade de vida dos agricultores/as e o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.

### **Introdução.**

O presente trabalho objetiva expor a importância do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC), - que vem se construindo e consolidando principalmente nas últimas décadas no Brasil -, como ferramenta viável para construção e sistematização de conceitos teóricos e práticos da nova Extensão Rural a Extensão Rural Agroecológica. Para isso expomos de maneira breve o atual contexto das políticas públicas educacionais voltadas para Educação do Campo. Neste item ressaltamos a necessidade da ampliação dos debates sobre a Educação do Campo na atualidade, propondo-a como uma educação inclusiva, comprometida com a classe trabalhadora do campo e voltada à agricultura familiar, à reforma agrária e à agroecologia, que abarque as especificidades dos educandos/as e futuros educadores/as de áreas rurais, diferenciando-a da tradicional "Educação Rural": Fazemos um apanhado sobre a proposta educacional adotada pelo curso de LEC implantado na UFRRJ que tem como base metodológica a Pedagogia da Alternância. Em seguida identificamos os elementos presentes na base metodológica da Extensão Rural Agroecológica, contrapondo com as características difusionista e homogeneizadora do atual modelo de Extensão Rural brasileiro. Ao final refletiremos sobre a contribuição do curso LEC na construção desta nova Extensão Rural.

Assim, pensar a Educação do Campo como instrumento para construção da Extensão Rural Agroecológica, é pensar em propostas estratégicas que respeita a realidade e especificidades dos trabalhadores do campo, e, caminha na direção de reconhecer a importância dos cursos de LEC para construção destas políticas públicas.

## **O Campo, A Educação do campo e as políticas públicas educacionais.**

Considerar emergencial a necessidade do debate a cerca da problemática da questão agraria brasileira, significa reconhecer efetivamente o descaso histórico do Brasil com a população rural. O Estado Brasileiro sempre esteve comprometido com políticas econômicas que privilegiam os interesses das oligarquias rurais que até os dias atuais se constitui enquanto força política, esta minoria, representada pela elite agraria brasileira, responsável pela concentração fundiária do país, e que possuem interesses bem distintos dos interesses dos trabalhadores do campo (pescadores, agricultores, quilombolas, indígenas e todos que utilizam a terra para tirar o seu sustento), protagonizam e elaboram políticas públicas destinadas a esses trabalhadores. Os povos do campo, que são os verdadeiros interessados na questão agraria do país, sempre foram excluídos de todos os processos de desenvolvimento, ficando a margem dos debates relacionada a essas questões.

*O Brasil perdeu oportunidades históricas de resolver sua questão agrária garantindo amplo acesso a terra para a população rural. Infelizmente as elites dominantes, tradicionalmente piratas e irresponsáveis sempre conseguiram bloquear as tentativas de soluções proposta por uma minoria lúcida e responsável, que percebia claramente as consequências em longo prazo da brutal concentração de recursos fundiários nas mãos de uma ínfima minoria de proprietários “devoradores de terra e de gente”. (Romeiro, Ademar, 2004: 126)*

Nesse sentido, as instituições de ensino e pesquisa unidas aos movimentos sociais deveriam funcionar como palco de denúncias e discussões dos processos de desenvolvimento relacionados à reforma agraria, as política públicas e políticas educacionais contundentes com as especificidades e diversidade da população rural. A realização de congressos, palestras, seminários, simpósios e encontros são importantes ferramentas que contribuem para a ampliação de tais debates na busca pela divulgação junto à sociedade de questões referentes à concentração fundiária, contaminação dos alimentos por agrotóxicos, contaminação dos solos das águas e do ar, devastação das florestas, ou seja, a morte da terra. Bem como, ampliar o debate sobre as Metodologias Agroecológicas, Educação Ambiental, Tecnologias sociais e Soberania Alimentar objetivando um desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras que sempre foram excluídos de todos os processos de desenvolvimento do país.

A proposta recente de Educação do campo – em especial, a criação das Licenciaturas a partir dos anos 2000 – foi formulada a partir de discussões advindas de seminários, fóruns e projetos sobre a Educação do Campo, envolvendo Movimentos Sociais, educadores e educando/as nas últimas décadas. Inicia-se, em 1998, um movimento de construção da Educação do Campo protagonizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela Unicef, pela Unesco e pela Universidade de Brasília (UnB). Tais sujeitos se propuseram a elaborar uma crítica à concepção de educação oferecida ao meio rural, como também pensar políticas educacionais que dessem conta da realidade rural. Em 2002, essa mesma articulação realizou a I Conferência Nacional intitulada *Por Uma Educação do Campo*, com o objetivo de reafirmar as linhas políticas de um projeto educativo articulando as lutas sociais a um projeto nacional de Educação. Na II Conferência Nacional *Por uma Educação do Campo* (2004), sinalizou-se a consolidação de um projeto histórico de educação, conduzido e organizado pelos sujeitos sociais do campo. Ainda naquele ano, criou-se a *Coordenação Geral de Educação do Campo* (CGEC) na estrutura da Secretaria de educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECAD/MEC, que buscou articular uma nova base epistemológica sobre o campo e a Educação do Campo, além da divulgar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002). Atualmente, no país, existem em torno de 40 Universidades públicas que oferecem cursos de graduação para os sujeitos do campo, com diferentes formatos: alguns são apenas Programas pontuais (Editais PRONERA) enquanto outros são cursos regulares incorporados ao sistema universitário.

### **A proposta Educacional da LEC/UFRRJ, e os sujeitos sociais que a compõe.**

A perspectiva da LEC/UFRRJ se diferencia dos espaços formais de produção de conhecimento, pois é construída **por** e **para** os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade e especificidade do campo.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da LEC/UFRRJ, o curso destina-se à formação de 60 trabalhadores/as rurais distribuídos em 15 territórios e agrupados em cinco regionais (Médio Paraíba, Sul Fluminense, Metropolitana, Norte e Vale do Ribeira) do estado do Rio de Janeiro e de São Paulo. Com duração de três anos, o curso de 3.540 horas está configurado em seis etapas presenciais em regime de alternância (TE e TC). Oferece habilitação em duas grandes áreas de conhecimento: 1. Ciências Sociais e Humanidades; 2. Agroecologia e Segurança Alimentar.

As estratégias do curso objetiva a formação de sujeitos capazes de produzir soluções para sua realidade, assumindo a pesquisa como princípio produtor de conhecimento e a extensão como elemento educativo de intervenção na localidade.

*A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos educandos/as, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2001)*

O curso tem como base metodológica a Pedagogia da Alternância, proposta educacional constituída por etapas que constituem os períodos Tempo Escola e Tempo Comunidade. O TC se caracteriza pela interação dos educandos/as com as pessoas e a realidade do seu meio sociocultural. Nesse sentido, os educandos/as desenvolvem a pesquisa e constroem seus projetos a partir da demanda comunitária - caráter extensionista do TC. Integrando-se ao processo de diálogo entre docência e pesquisa, a dimensão da **extensão** se constitui numa estratégia participativa, afirmando que o processo de produção do conhecimento se realiza socialmente, de forma contextualizada, pelos sujeitos em sua realidade local/global (PPP – LEC/UFRRJ, 2010). A pedagogia da Alternância vivenciada em TE e TC viabiliza que educandos/as se desenvolvam na prática durante o TC, respeitando as especificidades e diversidades da sua realidade, os conceitos e conhecimento adquiridos na teoria durante o TE. A formação pela Alternância segundo Gimonet) implica seu desenvolvimento em atividades produtivas, de maneira a relacionar suas ações com a reflexão sobre o *porquê* e o *como* das atividades desenvolvidas. Essa formação busca a interação entre as atividades práticas e a reflexão teórica sobre elas. SILVA, 2003). Além disso, a proposta pedagógica baseada na Alternância pode ser uma relevante ferramenta para o fortalecimento das práticas agroecológicas no campo. A alternância estreita a relação entre pesquisa, extensão, entre os/as educandos/as e comunidade, fortalece o princípio de construção coletiva na medida em que as praticas agroecológicas se desenvolvem de forma participativa dentro das comunidades.

### **A Crise da agricultura moderna**

As graves crises socioambientais existente nos dias atuais é consequência do fracassado padrão convencional de agricultura hegemônico e exploratório introduzido e implementado com a Revolução Verde na metade do século XX em vários países latino-americanos. No Brasil, a partir de meados da década de 1980, com a inviabilização dos subsídios ao crédito, tornam-se gradativamente mais visíveis as consequências menos

gloriosas deste modelo convencional de agricultura. (ALMEIDA, 2008). As consequências da “modernização” não atingiu somente o homem do campo, a modernização favoreceu e ainda favorece o êxodo rural e, conseqüentemente, gera um inchaço populacional nos centros urbanos e periferias, proporcionando concomitantemente um aumento na segregação, marginalização e violência nas cidades<sup>3</sup>;

Segundo Almeida, (2008) a crítica e o debate em torno de novas formas de agricultura (e de desenvolvimento) se intensificam a partir de alguns fatos e movimentos gerais, tais como:

- ✓ As crises sociais, expressas de diferentes maneiras, via concentração de renda, de riquezas e da terra, êxodo rural e a violência em todos os sentidos
- ✓ Uma crise ambiental, manifestada também de diferentes e graves formas, como, por exemplo, a degradação e a escassez dos “recursos naturais”, a contaminação dos alimentos etc.
- ✓ Uma crise econômica, a partir da diminuição dos níveis médio de renda e pela constatação a maioria dos produtos incentivados pela modernização deixou de ser atrativo.

Nesse sentido as manifestações na busca pela construção de um modelo de produção harmônico, justo e sustentável, que não degrade os recursos naturais, e que não modifique tão ofensivamente os sistemas ecológicos, tem se intensificado no Brasil nas últimas quatro décadas. Portanto, viabilizar a desconstrução do modelo produtivo da agricultura convencional ou “moderna”, que, com o pretexto de desenvolvimento das tecnologias científicas, desenvolvimento das Engenharia genética ou seja , o desenvolvimento de um sistema de produção que, desrespeita e ignora todo o conhecimento da agricultura tradicional praticada pelos povos do campo por mais de mil anos.

*Sem sombra de dúvida, a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos, o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca da sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o caráter desses limites. (Karl Marx)*

### **A Agroecologia como proposta de desenvolvimento**

---

<sup>3</sup> Campanha Nacional do limite da Propriedade da Terra, 2011)

A agroecologia está calcada em disciplinas científicas diversas, conhecimentos estabelecidos em torno de sistemas ecológicos e aplicados à unidade de análise (agroecossistema). Segundo Altieri a Agroecologia apoia processos de transição de uma agricultura convencional para uma agricultura ecologicamente correta. Assim, a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência, representa um enorme salto na direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (Altieri, 1987).

Em 2003 foi instituída no Brasil a política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) fundamentada nos princípios agroecológicos, que promove o manejo adequado dos recursos naturais, a redução dos impactos sociais, econômicos e ambientais negativos, causados pela agricultura convencional mundial.

### **A Extensão Rural que dominou o Brasil.**

O modelo de Extensão Rural brasileira, dominante durante várias décadas, sempre foi difusor e homogeneizador, não atuando coletivamente com as famílias do campo, desrespeitando e ignorando todo o conhecimento adquirido e transmitido de geração pra geração durante vários séculos. Bem como, viabiliza a transferência do conhecimento, ou seja, o técnico extensionista é o emissor, e o agricultor é o receptor. Nesse sentido o extensionista deposita seus conhecimentos baseados em pesquisas, que a partir do progresso das tecnologias científicas desenvolve a dita agricultura moderna capitalista, agricultura esta fortemente dependente dessas tecnologias. [...] sobre tudo as tecnologias intensivas em capital, e que são causadoras de impactos ao ambiente [...] Almeida (2004). Além de ser imprópria para realidade política, econômica e ambiental vivenciada pelos agricultores no seu meio produtivo. *É preciso reconhecer que entre os agricultores e sua família existe um saber, um conjunto de conhecimento, que embora não sendo de natureza científica, é tão importante quanto nossos saberes* (Caporal e Costabeber, 2000)

*A ação extensionista orientada ao desenvolvimento sustentável deverá ser desviada de sua histórica concepção difusionista (baseada no ensino) para dar lugar a uma prática social baseada na aprendizagem, isto é na construção de saberes adequados para impulsionar estilos de agricultura e de manejo de recursos naturais capazes estabelecer de patamares crescentes de sustentabilidade (Caporal e Costabeber, 2000, p.23).*

## **A Extensão Rural Agroecológica**

A Extensão Rural Agroecológica está calcada nos princípios de sustentabilidade e nas metodologias agroecológicas, se opondo efetivamente ao modelo de Extensão Rural praticado por décadas no país. A Extensão Rural Agroecológica viabiliza o espírito de participação, uma vez que as famílias junto ao técnico extensionistas elaboram as soluções dos problemas que venham ocorrer em sua localidade. Além das práticas coletivas adotadas coletivamente, e ações participativas já que a interve participação das famílias na elaboração dos problemas encontrados na sua localidade agricultoras

A Extensão Rural Agroecológica é definida como:

*“o processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo” (Caporal e Costabeber, 2000, p.33).*

### **As contribuições da LEC/UFRRJ na construção desta nova Extensão Rural.**

A proposta Educacional adotada pela LEC/UFRRJ se apoia na pedagogia da alternância, esta pode ser uma importante ferramenta para construção dos conceitos teóricos e prático da Extensão Rural Agroecológica. Na medida em que a alternância se constitui de TE e TC, os educandos/as desenvolve na prática durante o TC conhecimentos teóricos adquiridos no TE através de aulas expositivas e dialogadas, oficinas, realização de seminários, encontro e excursões pedagógicas entre outras.. Além disso, os educandos/as do campo de forma interdisciplinar aliam os seus conhecimentos acadêmicos ao saber popular dos povos do campo, respeitando suas tradições. Nesse sentido, os educandos/as atuam de forma participativa com as famílias agricultoras da sua localidade, viabiliza a construção do aprendizado coletivo, e reconhece o saber popular como válido e necessário para o desenvolvimento do trabalho no campo. Na ação participativa o pesquisador assume a postura de um facilitador do processo de transformação profunda da realidade.

*“A Extensão Rural Agroecológica constitui-se num de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos*

*princípios da Agroecologia como orientação para a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis. Na realidade, se trata de um enfoque de intervenção rural oposto ao difusionismo reducionista homogeneizador que, desde meados do século XX, auxiliou a implantação do modelo de agricultura de tipo Revolução Verde” (Caporal e Costabeber 2000, p. 17)*

## **Discussões**

As discussões acerca das metodologias agroecológica se faz presente no decorrer do curso, a habilitação em Agroecologia e Segurança Alimentar oferecida pela LEC favorece a ampliação de tais debates, abarca o enfoque teórico e metodológico da agroecologia que encontra sua maior aderência nos fundamentos da perspectiva dialética de pesquisa, sendo capaz de unir, pesquisa, ensino e extensão. Na ação participativa o pesquisador assume a postura de um facilitador do processo de transformação profunda da realidade. A LEC/UFRRJ é constituída por educandos/as de 15 distintos território distribuídos pelo estado do Rio de Janeiro e São Paulo. A LEC/UFRRJ além de contribuir para formação de trabalhadores do campo aptos a praticar a Extensão Rural Agroecológica, pode também, ser compreendida como política pública para o campo, na medida que forma futuros profissionais do campo no campo, que, calcados em metodologias agroecológica viabiliza a melhoria da qualidade de vida das família do campo.

## **Conclusão**

Entendo que o desenvolvimento e a ampliação da Extensão Rural Agroecológica se faz urgente e necessário, na medida em que o modelo atual de agricultura e desenvolvimento não atende as necessidades de uma imensa maioria de trabalhadores que vivem no campo. A Licenciatura em Educação do Campo organizada a partir da pedagogia da Alternância pode contribuir para a formação de sujeitos capazes de se apoderar dos conceitos teóricos e práticos da Extensão Rural Agroecológica. Posso concluir que a Alternância favorece a articulação entre universidade, vida, realidade e prática social, além de fortalecer os trabalhos coletivos e participativos entre educandos/as e a comunidade. As experiências derivadas da Alternância se constituem em instrumentos fundamentais para a construção de novas pratica de vida, pois tem como principio a divulgação dos conceitos e das metodologias agroecológicas. Nesse sentido a Alternância constrói sujeitos capazes de ampliar as praticas agroecológica, já que os conhecimentos adquiridos serão repassados de forma coletiva e participativa para a famílias de sua localidade. Trazer para dentro das universidades o debate sobre políticas públicas educacionais para o campo, bem como apoiar propostas para implantação de curso de Licenciatura em educação do campo propondo uma formação inclusiva, respeitando a diversidade cultural desses

trabalhadores/as a partir da adoção de metodologias que atendam as especificidades dos educandos/as como a prática pedagógica da Alternância, deveriam ser práticas mais amplamente institucionalizadas no sistema de ensino de nosso país.

### **Referências Bibliográficas:**

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BRASIL. Presidencia da Republica. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010 DOU 05.11.2010** que Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

BRASIL. MINISTERIO DE EDUCACAO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCACAO. CAMARA DE EDUCACAO BASICA. **Resolucao nº 1 de 03 de abril de 2002.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra. Cartilha do Plebiscito Popular

pelo Limite da Terra. Disponível em: <http://www.limitedaterra.org.br/campanha.php?cod=divulgue>> Acesso em 13 jul. 2010

CAPORAL, F. R.; COSTA BEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

GIMONET, J. C. **Alternância, adolescência e pré-adolescência.** In: Revista da formação por alternância. Nº1. Brasília: UNEFAB, 2005.

SILVA, L.H. **As experiências de formação de jovens do campo – Alternância ou Alternâncias?** Viçosa: UFV, 2003.

STÉDILE, J.P. (Org) A Questão Agrária na década de 90. 4ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004